

**Resumo:** Este trabalho, fruto de nosso trabalho de mestrado, apresenta uma análise da palavra língua a partir de um texto retirado de um blog assinado por Pedro Kaul, um internauta, que contesta a atitude do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, de defender o uso do portunhol. O texto do ministro é apresentado por Kaul por meio de construções do discurso relatado intercalado com trechos, marcado pelas aspas, em discurso direto. A partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Semântica do Acontecimento, em um trabalho analítico a partir da constituição dos domínios semânticos de determinação da palavra língua estudaremos o sentido desta palavra e o funcionamento destes sentidos na determinação de *portunhol*. Veremos que há dois sentidos de *língua* postos neste texto: língua enquanto norma e língua enquanto prática daqueles que a falam. Desta forma veremos que portunhol significa por um cruzamento destes dois sentidos que produzem um deslizamento de sentidos que ora legitimam portunhol, ora o deslegitimam enquanto língua.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento, portunhol, língua

**Abstract:** *This work, result of our master thesis presents an analysis of the word language from a text taken from a blog by Peter Kaul, who denies the attitude of the then Minister of Culture Gilberto Gil, to defend the use of portunhol. The Minister's text is presented by Kaul through constructions of reported speech interspersed with passages marked by quotation marks in direct speech. From the theoretical and methodological assumptions of the Semantics of the Events, in an analytical work from the constitution of the semantic domains of determining word language, we will study the meaning of this word and functioning of these senses in determining portunhol. We will see that there are two senses of language put in the text: language as a standard practice and language as those who speak it. Thus we see that portunhol mean by a comparison of the two directions that produce a slip-way which now portunhol legitimize, delegitimize the moment while speaking.*

*Keyword: Semantics of the Events, portunhol, language*

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta uma das análises realizadas na dissertação de mestrado intitulada “Os sentidos de portunhol spanglish no espaço enunciativo da internet: um estudo das relações de determinação e (des)legitimação”, financiada pela FAPESP, defendida em agosto de 2010

<sup>2</sup> Mestre em Linguística pelo IEL/UNICAMP sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. Trabalho Financiado pela FAPESP.E-mail para contato clauin@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

Há algumas maneiras de estudarmos o sentido de uma palavra. Podemos recorrer, por exemplo, aos estudos etimológicos e considerarmos esta história de uma palavra marcada em sua forma como sentido aquilo que a significa. Assim a palavra em si, traria seu próprio sentido. No entanto, entendemos que os sentidos são determinados não só pela palavra enquanto forma, mas pela história. Também entendemos que as palavras significam por uma relação histórica e social e que estão sempre atreladas a determinado texto. Desta maneira os sentidos constituem-se por relações que esta palavra estabelece com outras palavras no texto em que esta compõe.

A partir desta maneira específica de considerar a forma como se constitui o sentido de uma palavra, voltamos nosso olhar, neste trabalho, a forma como está significada a palavra língua, palavra crucial para aqueles que propõe estudar a linguagem. Crucial na medida em que pode ser significada de maneiras diversas a partir de sua relação com determinado posicionamento teórico ou ainda, pela forma como está determinada por palavras dentro do texto que compõe. É interessante atentar à forma como ao significar, a palavra língua passa a determinar de uma forma ou de outra, palavras que designam determinadas práticas linguísticas.

A fim de estudarmos esta problemática, propomos um olhar sobre os sentidos da palavra portunhol em um texto retirado de um blog, percebendo que há um deslizamento de sentidos que funciona de forma específica na determinação de portunhol enquanto uma língua ou não. Para isso apresentamos os resultados apresentados nos capítulos II e III da dissertação.

## ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Consideramos, primeiramente, que os sentidos estão em uma relação constitutiva com as determinações históricas, ou seja, os sentidos se constituem historicamente. Ao estudarmos uma palavra e como ela significa, tomamos este pressuposto. Outra questão que é importante expor neste princípio de reflexão é o fato de que

consideramos que o sentido de uma palavra está necessariamente constituído pela forma como esta se relaciona, articula-se e se escreve por outra(s) palavra(s) ou expressões em determinado texto. Ou seja, estudar *uma* palavra não consiste em isolá-la semanticamente, procurando estabelecer uma relação de referência, mas pelo contrário, de nossa perspectiva teórica, tal estudo está em entender de que forma seus sentidos são os mesmos e são outros, como uma palavra se resignifica pela forma como estabelece relações com outros segmentos textuais. De acordo com Guimarães:

É preciso observar, no entanto, que embora não se considere de antemão nenhuma realidade a que as palavras reportam, há um real que a palavra significa. E as palavras têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado. (Guimarães, 2007:81)

Deste modo considera-se que o sentido de uma palavra não se dá previamente, mas constitui-se a partir da forma como esta se relaciona com as outras. No entanto, não desconsideramos um histórico de sentidos de uma palavra a partir de uma certa história de enunciação.

Enquanto lingüistas, podemos traçar diversas possibilidades de conceituação do que seja a língua, de acordo com a forma como nos posicionamos teoricamente.

De nossa perspectiva teórica, consideramos a linguagem sempre na relação com a história “que funciona segundo um conjunto de regularidades, socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra” (Guimarães 1987:17). A língua será tratada enquanto uma dispersão de regularidades que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno social e histórico (Guimarães, 1987: 17).

A língua, portanto, não funciona através de um processo de apropriação, mas é afetada, pela exterioridade, no espaço de enunciação e colocada em funcionamento, no acontecimento através de uma distribuição desigual aos falantes.

A língua, afirma Guimarães (2002), é uma e é diferente disso. Isto é, a língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente

te atravessada pelo político. Ela é normativamente dividida nos diversos modos de dizer e é também condição para se afirmar o pertencimento do não incluído, dos desigualmente divididos.

#### OS DOMÍNIOS SEMÂNTICOS DE DETERMINAÇÃO

Ao pensar a enunciação como um acontecimento, Guimarães (2007) propõe alguns pressupostos que configuram sua forma de pensar os sentidos. Este autor entende a determinação como sendo a relação que se estabelece enunciativamente entre palavras, sendo esta pensada como “a relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas”.

No entanto, estas relações de sentidos, constituídas pelas relações de determinação entre as palavras, se dá na medida em que estas compõem enunciados os quais constituem um texto. Ou seja, não tomamos as palavras, como já foi dito, de maneira isolada, autônoma, mas em relação ao enunciado da qual ela faz parte, constituindo-o. Nossa unidade de análise é, portanto, o enunciado que por sua vez integra um determinado texto. Guimarães define o texto como “uma unidade de significação integrada<sup>3</sup> por enunciados”. Há uma consistência interna ao enunciado, que permite trabalhar com este apartado do texto que compõe. No entanto, esta independência é relativa já que o significado de um enunciado está necessariamente atrelado ao texto por ele constituído.

Neste procedimento de análise, Guimarães propõe uma escritura específica para apresentar as relações entre as palavras:

Os símbolos  $\top$ ,  $\perp$ ,  $\vdash$  e  $\dashv$ , em qualquer direção, significam “determina”;

O traço — significa “sinonímia”;

Um traço maior em negrito, que divide o DSD, significa antonímia;

O símbolo ■ oposição compatível.

<sup>3</sup> Guimarães especifica que a forma como trata da relação integrativa é uma “apropriação livre” a partir da forma como Benveniste (1966) a considera.

Todo DSD é demarcado por linhas que o circundam.

Em nossas análises estudaremos dois mecanismos pelos quais as palavras se relacionam: 1) A reescrituração; 2) A articulação.

De acordo com Guimarães (2009), a articulação relaciona os elementos linguísticos, significando sua contiguidade (Guimarães, 2009:51). Além da relação entre os elementos linguísticos, a articulação também marca a relação entre o Locutor e aquilo que ele diz. Assim, “uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (Guimarães, 2009:51)

Ainda segundo este autor, poderíamos considerar três modos de articulação:

Por dependência: há uma certa relação que se apresenta como um só conjunto entre os elementos contíguos;

Coordenação: há um acúmulo de elementos contíguos.

Incidência: não há uma relação de dependência colocada entre os elementos.

Ainda é importante dizer que:

Nas articulações de dependência e coordenação, o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona a enunciação com o enunciado (Guimarães, 2009:51).

Quando temos o funcionamento da operação de predicação, temos novas determinações, ou seja, a cada predicação temos novas determinações para a palavra reescriturada o que mobiliza novos sentidos para esta. A predicação é então pensada enquanto “uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos” (Guimarães, 2007).

As reescriturações podem ocorrer por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação ou definição. Nas análises que apresentamos mais adiante, ficará mais clara a distinção entre cada uma destas possibilidades de se reescrever uma palavra num texto.

Desta forma, dois aspectos são fundamentais para entender a forma pela qual pensaremos os sentidos de uma palavra. Primeiramente, o fato de que ele se constitui linguisticamente, no

acontecimento. Isso demarca um posicionamento teórico que não toma as questões de significação de maneira referencial, na relação linguagem-mundo, pois “a relação de uma expressão com as coisas não é classificação de objetos, é relação de sentido entre palavras” (Guimarães 2007). Outro ponto é considerar o sentido de uma palavra a partir de uma relação que esta estabelece com outras palavras em determinado enunciado, o qual, por sua vez, é parte integrante de um texto.

Para finalizar, ao analisarmos um enunciado, temos que contemplar neste trabalho duas questões fundamentais: a relação do locutor com aquilo que diz e a relação entre as palavras que compõe a expressão linguística estudada (cf. Guimarães, 2009). Ou seja, deve existir um gesto por parte do analista no sentido de descrever a relação entre os elementos que compõe o enunciado analisado e a relação determinada pelo agenciamento enunciativo entre o Locutor e aquilo que ele fala. Assim, de acordo com Guimarães (2009):

(...) não é o Locutor que escolhe uma forma para dizer algo, mas ele é agenciado a dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio-historicamente e pelo modo como o espaço enunciativo distribui as línguas, e os modos de dizer e o que dizer, para seus falantes. O Locutor só é Locutor enquanto falante determinado por este espaço político do dizer, o espaço de enunciação (Guimarães, 2009:50).

Para nossas análises será importante, além deste trabalho descritivo de construção do DSD, o estudo da cena enunciativa, que é caracterizada por configurar-se dentro do espaço de enunciação, mas que se diferencia deste conceito na medida em que é algo descritível.

De acordo com Guimarães (2002), uma cena enunciativa “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas.” (Guimarães, 2002: 23). Ainda sobre essa questão das figuras da enunciação, Guimarães afirma:

Na cena enunciativa “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. (...) Assim estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição

destes lugares pelo funcionamento da língua. (Guimarães, 2002: 23)

Dentro deste conceito o enunciador enuncia a partir do lugar social que lhe é autorizado. Além deste lugar social que é ocupado por um locutor, temos também os modos de dizer. Este lugar de dizer se representa como individual, mas se representa por uma relação com um enunciador que pode apresentar-se como:

a) o *enunciador-individual*, que ao se representar como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade se coloca como independente da história;

b) o *enunciador-genérico* que promove o apagamento do lugar social, pois o que é dito por esse enunciador é o que supostamente é dito por todos e, dessa forma, o enunciador genérico também se coloca de forma independente da história;

c) o *enunciador universal*, que é aquele que se apresenta como o que diz algo verdadeiro na relação com os fatos. Segundo Guimarães, é o lugar do qual se diz sobre o mundo, mas de uma posição que estaria fora da história.

#### REFERENCIAR, DESIGNAR E NOMEAR

Para este trabalho é importante entender, dentro do nosso campo teórico, a diferença que se faz entre as palavras *referenciar*, *designar* e *nomear*. De acordo com Guimarães (2007) a “designação é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo esta relação linguística é uma relação tomada na história”, possuindo uma instabilidade na medida em que é produzida no acontecimento “sob efeito da estabilidade”. Já a referenciação “é a particularização de algo na e pela enunciação.”

Assim, nas palavras de Guimarães (2007)

O que se vê é que a referência é uma particularização de algo, em certas condições, e que a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem. E não se trata simplesmente, de considerar os objetos existentes e os conjuntos de que fazem parte. A partilha do real não se projeta sobre a linguagem diretamente. Ela é produzida pelo modo como a enunciação produz uma certa relação entre as palavras. O que é designado é uma construção de sentido, uma relação entre elementos linguísticos. O que é referido é aquilo que é particularizado por uma enunciação.” (Gui-

marães, 2007:82)

Desta maneira a referência, particularização de um objeto no mundo, apresenta-se como um resultado do próprio funcionamento da designação, ou seja, a designação é o que determina o funcionamento da referenciação. O lugar de constituição de sentido é próprio da designação. O Domínio Semântico de Determinação de um determinado nome, de uma determinada palavra, seria, então, aquilo que ela designa.

Consideramos a nomeação como a atribuição de nome às coisas. Teríamos então:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (...) a designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (...). A referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação. (Guimarães,2002:09)

Assim, ao tomarmos em nosso trabalho o estudo da palavra que nomeia determinada(s) prática(s) linguística(s), passaremos por estas formas de significar postas pelos funcionamentos da nomeação, da designação e da referência.

## MEMÓRIA E MEMORÁVEL.

Ao estudarmos o sentido de uma palavra, uma das questões que se colocam no procedimento de análise são aqueles sentidos que se apresentam como já-significados e que se atualizam pela enunciação. Nos trabalhos em análise do discurso temos o conceito de memória e que Orlandi (2006) distingue de três maneiras:

Memória discursiva que se configura enquanto esquecimento, enquanto o já-dito;

Memória de arquivo estabelecida pelas Instituições e que é constantemente lembrada pelos processos de normatização e pelos documentos;

Considerando estas diferentes formas de pensar a memória na enunciação, neste trabalho, operaremos com o conceito de memorável. Consideramos a enunciação enquanto um aconteci-



mento. O memorável será tratado enquanto o passado do acontecimento. O acontecimento instaura uma temporalidade própria e não cronológica, na qual o passado, recortado pelo memorável, o presente e a futuridade que está em uma projeção de interpretabilidade, fazem funcionar os sentidos. Nas palavras de Guimarães (2005) “o passado é, no acontecimento, rememoração de enunciados, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalidade, tal como a latência de futuro”. Podemos tomar o memorável como um recorte da memória e que se faz na enunciação. De acordo com Guimarães (2002):

(...) este presente e futuro próprios do acontecimento, funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (Guimarães, 2002:12)

O memorável se relaciona a uma retomada de outras enunciações e é um dos elementos que possibilitam a significação. Este conceito teórico será utilizado em nossas análises como dispositivo de interpretação dos recortes analíticos selecionados.

#### PORTUNHOL E SUAS DETERMINAÇÕES

O texto que propomos analisar é apresentado em um blog e é assinado por Pedro Kaul, um internauta, que contesta a atitude do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, de defender o uso do portunhol. O texto do ministro é apresentado por Kaul por meio de construções do discurso relatado, intercalado com trechos, marcado pelas aspas, em discurso direto. Assim, o texto do ministro é comentado pelo internauta. Para tratar das figuras desta cena enunciativa, diremos que o internauta se apresenta enquanto um locutor-falante de português e que o ministro se apresenta enquanto um locutor-ministro falante de portunhol. Veja que a própria forma como se configuram os lugares de dizer desta cena já apresenta um deslizamento: um ministro, que recorta o memorável do Estado, mas que se apresenta enquanto falante de uma língua misturada. É esta configuração que permitirá ao internauta, questionar o posicionamento deste ministro.

Temos na introdução do texto do blog:

(1) Nós, que amamos a nossa Língua Portuguesa, nós - brasileiros, portugueses, galegos, angolanos, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos, são-tomenses, timorenses, macaenses e luso-indianos -, que tudo fazemos para ver a nossa língua cada vez mais prestigiada, mais conhecida e mais respeitada mundo afora, para que ela venha a desfrutar um dia do mesmo “status” de língua internacional de que desfrutaram o Inglês, o Francês e o Espanhol. (PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

Neste recorte temos a palavra língua reescrita por repetição e especificada pelo possessivo *nossa* em *nossa Língua Portuguesa* e *nossa língua*. Esse *nossa*, por sua vez, vem especificado por um *nós* que é reescrito por substituição e expansão em uma sequência apositiva por *brasileiros, portugueses, galegos, angolanos, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos, são-tomenses, timorenses, macaenses e luso-indianos*. Tem-se, desta forma, um sentido de língua em uma relação com os falantes de determinado Estado, ou seja, o português falado no Brasil, em Portugal, na Angola, etc. Também temos significado neste primeiro recorte, na relação com a expressão *nossa língua* a ideia de homogeneidade do Português, de uma língua una, falada por todos estes povos que lutam para que sua língua tenha mais prestígio e seja respeitada para alcançar o status do Inglês, Francês e o Espanhol. Poderíamos dizer que funciona neste enunciado a seguinte argumentação:

- (1a) O Português é menos prestigiado
- (1b) O Português é menos conhecido
- (1c) O Português é menos respeitado

Desta forma temos colocada a relação língua/Estado ou ainda língua/Nação enquanto determinante do sentido de língua, significada pelo sentido de posse da palavra *nossa*: a língua da nossa nação. Este *nossa*, por sua vez, é especificado por um *nós*, que aparece especificado pelas palavras que caracterizam aqueles que falam a Língua Portuguesa.

Na sequência do texto temos:

(2) Não é a primeira vez que GG dá as costas ao Idioma de Camões.

(PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

Neste recorte ocorre uma reescrituração por substituição de *Língua Portuguesa* por *Idioma de Camões*. Novamente, há um memorável da colonização: as línguas faladas em todos os Estados cuja língua é a portuguesa, é a língua de Camões, a língua dos portugueses, em um deslizamento de sentidos que funciona no apagamento de *língua portuguesa, angolana, moçambicana, etc.*

Assim, nestes dois primeiros recortes que apresentam o posicionamento do internauta, temos um sentido de língua marcado pela relação com a nação/Estado, e um memorável de colonização que coloca e significa esta língua enquanto uma língua em emergência, que ocupa um espaço de circulação e importância inferior a línguas como o Inglês e o Espanhol, e que é homoganeamente falada em todos os países de colonização portuguesa.

Vejamos o seguinte recorte:

(3) Gil, que participou hoje da conferência América do Sul: Integração, Soberania e Desenvolvimento, no 5.º Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, entende que o portunhol é uma língua “em gestação, que está nascendo”.

(PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

No recorte (3) começamos a trabalhar com o que segundo o internauta seria o texto do ministro Gilberto Gil. Neste enunciado temos portunhol determinado pela expressão “língua em gestação, que está nascendo”. Esta ideia de uma língua em gestação aparece na sequência do recorte (4):

(4) “Deixa a língua nascer, crescer, deixa ela no léxico natural, na gramática natural. Ela é uma língua livre e precisa ser uma língua livre”, opinou, acrescentando ser o portunhol “uma língua das ruas, dos negócios, das trocas, dos hotéis, dos motéis, dos estádios, do futebol, do nosso tempo, da nossa diversidade cultural”

(PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

Ao ser reescrita por repetição temos um sentido biológico de língua, marcado pelas palavras *nascer, crescer e natural* no enunciado atribuído ao locutor ministro que coloca a língua fora da norma, ou seja, há uma sistematicidade não normatizada que é natural a uma língua emergente. Além disso, temos uma outra relação que se coloca: não se apresenta a relação língua/nação, mas uma espécie de relação pragmática língua/situação. E esta relação se representa pela enumeração que caracteriza língua nas expressões: *das ruas, dos negócios, das trocas, dos hotéis, dos motéis, dos estádios, do futebol, do nosso tempo, da nossa diversidade cultural*.

Assim, a língua é significada enquanto aquilo que se diz em determinada situação e em uma relação biológica natural determinada por esta mesma situação; temos um sentido de língua que se coloca enquanto não normatizado, mas que se legitima por ser falado, por dever ser falado, por comunicar, por emergir desta necessidade de ser falado. Vejamos os próximos recortes:

(5) "Pedi permissão para me pronunciar em portunhol", contou, ao garantir ter sido plenamente compreendido tanto por aqueles que dominam a língua portuguesa, como também pelos nativos da língua espanhola.

(PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

Em (5) temos um novo sentido de língua na relação com o saber: saber uma língua é saber e dominar, e desta forma, compreender e comunicar. Veja que há um sentido contraditório de língua ora ela aparece enquanto a língua da situação, sem normas, a língua falada; ora se apresenta na relação com a norma, a língua que deve ser aprendida, sabida pelos seus falantes o que não pressupõe a relação natural. Outra questão importante a ser observada é o funcionamento da expressão "pedi permissão para me pronunciar em portunhol" que interdita *portunhol*, significando que este não pode ser dito em qualquer circunstância, denunciando, então, a existência de algum tipo de regulação desta língua misturada.

(6) "Nós precisamos nos entender, não sabemos um a língua do outro e temos, ao mesmo tempo, certos resíduos das línguas do português entre eles e do espanhol entre nós, o que nos propicia falar palavras"

(PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

Neste recorte (6) há um deslizamento, na medida em que língua é significada pela norma e novamente pelo saber determinada língua e por dominá-la e *portunhol* enquanto *falar palavras* que são caracterizadas enquanto resíduos das línguas Português e Espanhol. Assim, falar *portunhol* não é falar uma língua, mas falar palavras de outras línguas.

(7)Defensor do novo idioma, o ministro não deseja, entretanto, ver nenhuma influência acadêmica ou de normatização gramatical para o incipiente idioma, muito menos um ensino sistematizado do portunhol.

(PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

Neste recorte temos uma articulação peculiar que coloca em questão o status de língua para *portunhol*. Neste recorte, língua se reescreve por idioma e *novo idioma* significa *portunhol*. O articulador *entretanto* nos permite a seguinte paráfrase:

(7a) Defende o novo idioma, entretanto não quer a normatização e influência acadêmica.

(7b) Um novo idioma pressupõe normatização e influência acadêmica.

O que coloca o sentido de normatização como próprio da língua.

(8)“Temos trocas, uma comunicação histórica que, ainda que incipiente, vem sendo feita ao longo desses anos e que propiciou exatamente o fato que tenhamos que falar um pouco as duas línguas, e isso criou uma outra língua que é uma mistura das outras duas, o portunhol.”

(PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

(9)Os turistas brasileiros que vão para Chile e Argentina também encontram laboratórios para essa língua porque precisam se comunicar”

(PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

Em (8) temos língua na relação com a comunicação e *portunhol* significado enquanto língua na relação com a mistura de outras duas línguas. Uma língua então que se cria por uma necessidade de comunicação por um “ter que” comunicar, de *trocás*

*incipientes* e que é resultado da necessidade de ter que falar duas línguas. No entanto esta necessidade de se falar não é suficiente para firmarmos a nova língua. Há então a questão de aprender uma língua e assim dominá-la como vemos em (10):

(10) “O fato de podermos ensinar formalmente mais português nos países hispanos e mais espanhol no Brasil vai fazer com que dominemos melhor as nossas línguas e estimulemos o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da terceira língua, o portunhol”, (PORTUNHOLIn:<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/01/30868.ph>)

Após esta primeira observação dos recortes de (01) a (10) poderíamos dizer que língua se apresenta significando da seguinte forma:

Para o locutor-ministro falante de portunhol:

A língua é o que usamos para comunicar;

A língua é o resultado de uma necessidade natural de comunicação;

A língua é um organismo vivo;

A língua é determinada pela situação;

A língua pode surgir da mistura.

Para o locutor-internauta:

A língua possui uma norma;

A língua deve ser aprendida;

A língua deve ser dominada;

As análises apresentadas nos permitiriam construir o seguinte DSD da palavra língua<sup>4</sup>:

Para trabalhar na defesa de uma língua misturada temos um cruzamento dos sentidos de língua que sustentam o enunciado “portunhol é uma língua”. O quadro negro indica que os dois DSDs configurados de língua se apresentam como compatíveis na determinação de *portunhol*, apesar de significarem em uma rela-

---

<sup>4</sup> O quadro negro que está entre os dois DSDs significa “oposição compatível”

ção de oposição; o DSD 1, na relação com um memorável de norma e com o Estado funcionam na legitimação enquanto o DSD2, funcionando por um memorável de funcionamento de línguas na relação delas com seus falantes funcionando como legitimador, mas na relação com a norma como deslegitimador de *portunhol*.

Poderíamos dizer que o que orienta para a legitimação é um sentido de língua que se sustenta por um memorável de norma, de estabilidade, e pela relação desta língua com um Estado. Por outro lado a língua natural, emergente, livre orienta para a deslegitimação de *portunhol* enquanto uma língua. Assim, para sustentar sua defesa pelo status de língua para *portunhol* é preciso recortar um memorável que normatiza, de alguma forma, esta prática linguística sem normas, esta língua que se faz na situação.

Os sentidos de língua funcionam neste texto nas relações entre esta palavra e/ou expressões descritas anteriormente, mas por uma especificidade bastante peculiar: há uma relação entre falantes e línguas que permite significar língua no modo de dizer universal. Seja pelo locutor-falante de português, seja pelo locutor ministro falante de *portunhol*, temos um modo de dizer universal (um enunciador que fala do lugar da universalidade) que garante legitimidade ao dizer. Ou seja, há um sentido de língua na relação com a norma, mas há também a relação que se estabelece entre línguas determinadas por seus falantes. O que quero dizer é que há um movimento legitimador de *portunhol* no modo de dizer universal na medida em que há um sentido de língua que se define pelo fato de que esta é antes de qualquer coisa resultado daquilo que realiza os falantes, uma língua é aquilo praticado por falantes e uma vez que determinado locutor se apresente enquanto falante desta língua, está autorizado a determinar certa prática enquanto legitimada. Este funcionamento parece-me fundamental na determinação de *portunhol* enquanto língua já que este sentido está no cruzamento de uma norma com uma práxis, de um imaginário de língua estática e um imaginário de língua em funcionamento, um cruzamento que não é mobilizado para afirmar Português enquanto língua, por exemplo. Ou seja, para significar *portunhol* como uma língua é preciso antes significar

língua enquanto prática, ou enquanto independente de qualquer normatização que defina sua “existência”.

## CONCLUSÃO

No texto do Ministro Gilberto Gil postado em um blog, vimos a questão do sentido de língua que já pudemos observar no decorrer das análises anteriores, mas que pudemos ver com maior proeminência neste texto: o embate entre o memorável de norma e do Estado na relação com o memorável da língua enquanto prática daqueles que a falam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUIMARÃES, E. (2002) Semântica do Acontecimento. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, E.(2007) Domínio Semântico e Determinação. In: A Palavra: Forma e Sentido. Campinas: Pontes, p. 77-96.
- GUIMARÃES, E. (2009) A enumeração, funcionamento enunciativo e sentido. In: Cadernos de Estudo Linguísticos 51(1).
- ORLANDI, E. P.; BARRETO, R. G. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. *Revista Teias*, v.7, n.13-14p.1-7, 2006. Disponível em: [http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path\[\]=210&path\[\]=209](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path[]=210&path[]=209)